

## **Golpismo, doença congênita do fascismo**

**RENATO NUNES BITTENCOURT\***

### **Resumo**

O artigo analisa a conjuntura golpista do cenário contemporâneo brasileiro, movimento reacionário perpetrado pelos grupos políticos de direita alinhados ao empresariado descompromissado com o verdadeiro progresso social da nação brasileira. O fascismo continua presente em nossa fragilizada organização democrática, evidenciando que o espírito ditatorial apresenta ainda sua face tenebrosa na esfera pública nacional.

**Palavras-chave:** Democracia; Fascismo; Reacionarismo; Golpe de Estado.



\* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; professor da FACC-UFRJ.



### **Introdução**

Esse escrito nasce de uma necessidade de posicionamento perante o processo de rapinagem política que grupos plutocráticos encrustados no poder legislativo exercem sobre a soberania nacional no processo golpista contra o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, sejam as corporações empresariais que, avessas ao processo de empoderamento pessoal da massa trabalhadora, não hesitam em criar subterfúgios jurídicos para eliminar suas conquistas trabalhistas, sejam as corporações midiáticas que manipulam a opinião pública com sua desinformação coletiva, sejam os segmentos políticos atrelados ao fascismo militarista que exerce sua violência facínora contra os excluídos sociais. Inúmeros admiradores de meu trabalho intelectual e atividades acadêmicas estimularam meu pronunciamento público, e assim o faço nessas linhas.

### **Resumo da situação**

O segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff iniciado em janeiro de 2015 sofreu constantemente a ameaça golpista de desestabilização política perpetrada por parlamentares adeptos de procedimentos ardilosos para a consecução dos seus escusos interesses privados contrários aos genuínos interesses públicos. Um deles é Eduardo Cunha, que nesse mesmo ano iniciou o seu ofício como presidente da Câmara dos Deputados. Ameaçado de perda de mandato por uma série de crimes apurados pela Polícia Federal, o parlamentar iniciou uma série de manobras ardilosas para se salvar dessa situação, inclusive realizando uma espécie de chantagem política com a Presidenta Dilma Rousseff, ameaçada de sofrer processo de “pedaladas fiscais”. Cunha não encaminharia para votação no Congresso Nacional o documento golpista contra o mandato da presidenta e em troca esta atuaria nos bastidores para safar o parlamentar de qualquer processo de perda de mandato. Contudo, nossa intrépida presidenta não

aceitou o procedimento chantagista de Cunha, e desde então o abjeto parlamentar não hesitou em encaminhar para análise o processo de impeachment (golpista) contra Dilma Rousseff. A grande questão que surge é: qual a legitimidade de um processo que é referendado por um parlamentar que somente deu encaminhamento a tal ofício em decorrência da inexistência de apoio presidencial para perpetuar suas falcatruas? Se de fato Eduardo Cunha possuísse suas pretensas virtudes cívicas e considerasse como juridicamente pertinente o processo de impeachment, ele jamais teria protelado durante meses o prosseguimento do pedido, mas antes o faria imediatamente. Por conseguinte, seus interesses desestabilizadores da ordem republicana determinaram a condução golpista desse infame processo. Um parlamentar réu em diversas acusações de corrupção descaradamente atenta contra a legitimidade do governo Dilma.

### **A hipócrita luta direitista contra a corrupção**

Grande parte dos infames membros direitistas do Congresso Nacional (defensores dos interesses privados de empresários, banqueiros, rentistas, pecuaristas e outros espoliadores sociais), não possui qualquer legitimidade e credibilidade para realizar processos decisórios e julgamentos sobre corrupção e casos afins, pois eles mesmos são sujeitos corruptos que conforme as conveniências pessoais trajam as vestes da moralidade, do civismo, do patriotismo, da honestidade, no combate contra toda forma de exercício político que prejudique a concretização dos seus interesses particulares. Inexiste qualquer seriedade nos seus atos espetaculares pela suposta regeneração da vida política brasileira. Esses parlamentares

rivalizam com os palhaços profissionais em suas estultices exibidas sem qualquer pudor em cadeia nacional. A grande diferença é que os palhaços profissionais não são perigosos para a ordem democrática. Há palhaços que se transformaram em políticos graças ao seu renome, mas existem muitos políticos que são palhaços por natureza, e esses são extremamente prejudiciais para a estabilidade da coisa pública.

Ao chancelarem os seus votos golpistas contra a Presidenta Dilma Rousseff em nome de seus familiares e dos seus falsos deuses, somado ao grotesco fato de posarem para fotos como crianças em uma grande festa, os parlamentares direitistas evidenciam suas inabilidades para o exercício de quaisquer funções políticas de grande vulto, pois a ação política é justamente a superação dos limites privados da estrutura doméstica em prol da dimensão complexa da esfera pública, exigindo seriedade e dedicação racional dos envolvidos em tal função.

Usualmente vemos no sistema judiciário ladrões maiores julgarem ladrões menores. Alguns ladrões são mais ladrões que outros. No caso do Congresso Nacional a situação é ainda mais terrível, pois ladrões que se vendem aos interesses corporativos atentam contra a dignidade da coisa pública e se arrogam os baluartes da probidade administrativa, da verdade, da justiça e, *horresco referens*, aos princípios da moral cristã (esses parlamentares hipócritas ousam se utilizar da máscara cristã para melhor realizarem os seus golpes contra a coisa pública). Os crimes parlamentares são muito mais prejudiciais para a estabilidade da sociedade do que os cometidos pelos ditos marginais sociais, cujas infrações penais afetam apenas particulares, enquanto os delitos

cometidos pelos engravatados políticos degradam a totalidade da ordem pública, gerando em curto prazo uma série de efeitos deletérios derivados. São esses grandes ladrões que deveriam receber todo rigor punitivo do sistema penal (se porventura esse fosse regido por genuínos princípios democráticos e isonômicos).

A luta dos parlamentares brasileiros direitistas contra a dita corrupção não segue princípios morais de probidade ou de legalidade jurídica, mas apenas disposições extremamente privadas, já que seus interesses corporativistas foram prejudicados com o alheamento do poder pelo PT e seus partidos coligados. Se porventura esses parlamentares estivessem motivados pela pureza moral e pelo rigor legal de respeito pela coisa pública eles certamente promoveriam uma luta radical contra as demais práticas corruptas que perpassam a política nacional, inclusive entre os seus próprios correligionários. A dita luta direitista contra a corrupção, portanto, é seletiva, apenas atinge os rivais políticos, circunstância que retira toda sua legitimidade e credibilidade, não obstante todo apelo reativo em contrário. As mesmas objeções podem ser aplicadas para a massa indignada que realizou protestos nas zonas privilegiadas das grandes cidades: qual dessas pessoas paga seus impostos devidamente? Quem não viola as leis estabelecidas graças ao seu poder financeiro que tudo corrompe? Quem não comete pequenas infrações cotidianas para obter vantagens sobre os demais? Para uma pessoa lutar contra a corrupção, é imprescindível que ela mesma esteja livre da sua nocividade, caso contrário, é mero teatro farisaico.

Devemos ser céticos perante todo discurso político que usa a moral como

eixo discursivo. Muitos parlamentares que apregoam pelejar pela virtude (transformada em uma categoria abstrata, um fetiche discursivo) escamoteiam em verdade seus próprios vícios e mistificam os próprios valores da moral, da “ética”. Quando um parlamentar direitista, defensor ferrenho dos interesses corporativos, apresenta em seu discurso a insistência na purificação da política dos seus elementos corruptos, é sinal de que algo está errado. O recebimento de propinas é talvez a prática mais usual desses parlamentares inescrupulosos.

O dito combate à corrupção é uma constante na agenda política brasileira, consolidando-se como o grande mal que afeta a legitimidade de nossas instituições. Do período colonial ao período republicano as práticas de corrupção envolvendo os poderes estabelecidos se converteram em algo naturalizado pelas instituições e pelo imaginário social. Logo, em todo momento de crise generalizada, o problema da corrupção se torna a fonte original de toda degradação e de atraso político no país. Contudo, o que os pretensos defensores da pureza moral hipocritamente não querem de modo algum compreender é que a corrupção política que tanto ofende o pudor da opinião pública na verdade é reflexo da corrupção nos atos mais simplórios da vida cotidiana e todas as formas de relações sociais pautadas pela injustiça. A exploração dos trabalhadores no regime de alienação, apesar de todo discurso empresarial que verse sobre a necessidade de flexibilidade e de competitividade no mercado, apenas perpetua a degradação de uma massa humana em favor de uma elite espoliadora. Empresas que sonégam impostos e não pagam os devidos direitos trabalhistas dos seus empregados. Um sistema judiciário que

promove a criminalização da pobreza e a defesa da plutocracia. Pessoas autoritárias que se aproveitam de suas boas relações sociopolíticas para obter vantagens ilícitas quando necessário para suas conveniências privadas. Pessoas que não são capazes de respeitar o espaço público de convivência por causa de seu narcisismo incontido que exige satisfação constante dos seus desejos. Pessoas que ingerem bebidas alcoólicas e que mesmo assim ousam dirigir seus automóveis colocando em risco as vidas de terceiros. Pessoas que em nome de alguns miseráveis segundos a mais em suas vidas vazias avançam os sinais vermelhos de trânsito. Pessoas que exigem que motoristas de ônibus parem o veículo fora do ponto para seu melhor conforto e conveniência. Pessoas que fraudam avaliações acadêmicas para que não sofram resultados ruins nos exames. Pessoas que somente cumprem as leis por medo da punição jurídica e não por respeito ao próximo e amor pelas instituições (basta uma catástrofe e a decorrente perda momentânea de força de controle do Estado para que esse sujeito cometa ações que sequer pensaria em fazer em condições normais). Para que se lute contra a corrupção política é imprescindível que se lute primeiramente contra a corrupção interior, de onde se origina todas as demais formas de corrupção. Sem esse esforço de transformação pessoal todo combate à corrupção política é uma falsidade leviana.

Em uma conjuntura política na qual encontramos diversos parlamentares direitistas fascistas, homofóbicos, hipócritas arautos da moralidade, defensores de interesses empresariais, prevaricadores e outras escórias afins, somos levados a afirmar, portanto, que inexistem qualquer credibilidade em seus malditos atos contra os pretensos crimes

de responsabilidade fiscal do governo Dilma. No bojo do reacionarismo direitista estão: a terapia de choque neoliberal contra a emancipação política da sociedade trabalhadora, o conservadorismo da agenda política mancomunada com o sectarismo religioso e a truculência fascista dos parlamentares militaristas.

### **Domingadas políticas**

A retórica direitista contrária ao governo Dilma insiste na questão das pedaladas fiscais. Porém, as domingadas políticas são os piores delitos cometidos pelos parlamentares e governantes contra o patrimônio público e contra a sociedade. Nessa categoria de degradação política encontram-se os efeitos da subversão dos interesses coletivos da sociedade aos empresariais, os vultosos financiamentos corporativos de campanhas eleitorais de parlamentares que são arregimentados para defenderem os plutocratas, os dispêndios públicos com os gastos parlamentares para tão baixo desempenho em prol das causas democráticas, a defesa dos crimes cometidos pelo regime ditatorial contra a democracia nacional, a permanência do autoritarismo fascista nas estruturas governamentais, a inserção de paradigmas religiosos reacionários e ressentidos na agenda política, a ignorância obscurantista predominando sobre a clareza da racionalidade crítica. De nada adianta lutar contra a corrupção política, grande fetiche conceitual da modernidade, se porventura os itens elencados acima não forem suprimidos da práxis política.

Há ladrões que roubam e são presos. Os ladrões de colarinho branco roubam e mandam prender, roubam e acusam outrem de delitos. Não possuem qualquer legitimidade para lançar suas diatribes contra quem quer que seja. Se

houvesse justiça autêntica no Brasil não estariam no Congresso Nacional, mas em penitenciárias de segurança máxima cumprindo penas inexpugnáveis para que solvessem suas dívidas jurídicas para com a coisa pública.

### **República Teocrática Fundamentalista**

Apesar da laicidade do Estado republicano, a dimensão teológica continua presente de maneira acintosa na agenda política, tornando-se seu discurso sustentador. Os postulados metafísicos e normativos se configuram como orientadores da demagogia política, atraindo assim a atenção de um povo que norteia sua existência através de tais paradigmas. A clareza do espírito republicano é obscurecida pela ignorância supersticiosa chancelada por pastores protestantes fundamentalistas travestidos de parlamentares, que tentam impor para a pluralidade social seus valores unidimensionais. Afirmam lutar pela moral, mas eles mesmos cometem as práticas mais imorais ao mascararem em nome dos preceitos cristãos suas práticas ignominiosas. Partidários de uma interpretação sanguinolenta de Deus, não raro defendem a repressão violenta dos aparatos policiais contra toda forma de desvio das normas sociais. Suas bíblias portam fundos falsos contendo suas armas de fogo que não hesitariam em usar contra seus opositores. Se “Deus” tivesse de fato misericórdia da República Brasileira ele atiraria seus raios em todos os hipócritas do Congresso Nacional que vomitam seu nome como prova de virtude.

Os pastores fundamentalistas golpistas, partidários de uma concepção religiosa estranha ao sagrado, não hesitam em atentar contra a democracia, assim como usualmente lutam contra a vida imanente em suas práticas religiosas

hipócritas que visam transmitir a noção de virtude para seus ignorantes fieis, quando apenas querem dessa massa infeliz os seus díizimos. Figuras necrófilas que prosperam materialmente através do ódio, do ressentimento, do obscurantismo, representam a negação do verdadeiro espírito evangélico e são totalmente estranhas em uma ordem política democrática; somente as idiosincrasias da formação da república brasileira e suas tortuosas distorções permite que tais empresários da fé estejam alocados nas câmaras parlamentares atentando contra a dignidade da laicidade da política democrática.

O fundamentalismo religioso manifesta cada vez mais sua virulência e sua ignorância em nossos quadros parlamentares, circunstância que significa a negação dos princípios laicos da república e mesmo do verdadeiro espírito cristão. Essa corja teocrática chancela os mais graves atentados contra a dignidade humana e contra a liberdade de consciência, fazendo das suas convicções pessoais os parâmetros corretos de ação que deverão ser seguidos inapelavelmente pelo povo. O espírito reativo da promiscuidade entre gestão política e credo religioso promove a legitimação do sectarismo moralista prenhe de disposições obscurantistas, de superstições, da abjeta intolerância contra as axiologias da diferença, toda sorte de preconceitos, dentre muitas outras provas da tacanhez da mentalidade medíocre. O problema não é misturar religião e política, mas fazer da religião um instrumento obscurantista que mascara sua corrupção interior e que prejudica a coisa pública.

A bancada teocrática postula possuir a verdade sagrada em seu discurso (ressentido, demasiado ressentido) e se

porta hipocritamente como o baluarte da moral e dos bons costumes, quando efetivamente o seu palavreado odioso se pauta na mentira e na fabulação; mais ainda, toda justiça e honestidade são negadas nos seus atos contra seus estúpidos seguidores, espoliados financeiramente como bons fiéis que fornecem díizimos regulares para as raposas sacerdotais travestidas de parlamentares. O sonho desses ladrões engratados é fazer da república brasileira uma grande igreja devota do Deus Capital. Todas as possibilidades progressistas de formação de uma agenda política esclarecida e racional são minadas pelas ações psicopatas dos parlamentares teocráticos que amam, acima de tudo, as benesses financeiras. Mesmo os juristas, que representam na teoria a sobriedade e a frieza da lei, estão seduzidos pelo espírito diabólico do golpismo, enunciando virulentos discursos dignos dos líderes fascistas ou de pastores neopentecostais ensandecidos. Certamente não é o sopro do Espírito Santo que lhes inspira nesses momentos extravagantes

Pobre República Brasileira: tanta Teologia Política, pouca razão crítica. Muitos deputados direitistas pseudocristãos usando o sublime nome de Cristo para cancelar seu ódio reacionário contra a democracia. Melhor seria se fossem honestos e proclamassem publicamente para quem servem de verdade nos seus atos conspiratórios contra a coisa pública e a segurança nacional.

### **A mídia corporativa e seu espírito golpista**

Os grandes oligopólios da comunicação sempre tiveram papel determinante na desestabilização dos governos democráticos brasileiros. Difundindo informações falsas sobre os acontecimentos sociais, os jornalistas

corruptos manipulam a consciência da esfera pública e induzem a realização de convulsões sociais que prejudicam a ordem pública. A atual mídia corporativa difundiu a ideia de que as manifestações reacionárias contra o governo Dilma tiveram maior quantidade de pessoas do que as favoráveis ao mesmo. Isso testifica mais uma vez a estupidez congênita do sistema midiático, assim como seu despreço pelo sentido radical da ação política transformadora. Milhares de libertários reunidos em prol da democracia valem mais do milhões de fascistas em prol da tirania golpista. As manifestações reacionárias se pautam pelo ódio ao existir, pelo sectarismo de classes, pela apologia da civilização branca. As manifestações democráticas se pautam pela afirmação da vida criativa, pela legitimação radical da diferença, pela igualdade plena dos atores sociais, pela miscigenação cultural que constitui a força plástica do povo brasileiro. É muito fácil para a burguesia elitista fazer passeata contra o governo nos cartões postais das capitais, mas por qual motivo essa “distinta senhoria” não faz seus protestos nas favelas, nas periferias suburbanas? Para os burgueses alheios aos problemas sociais genuínos, fazer passeata é como organizar uma festa de luxo para seus convidados especiais.

A mídia corporativa, associada ao capital empresarial espoliador da coisa pública e dos interesses cidadãos, repete continuamente o discurso de que as mobilizações de massa contrárias ao governo PT são apartidárias, oriundas do senso de indignação social pela pretensa incompetência do governo Dilma em conduzir a máquina pública e suas instituições e por suas presumidas conivências com os atos de corrupção nas cúpulas. Enquanto isso, as mobilizações multitudinárias

organizadas pelo PT, pela CUT, pelo MST e outros grupos políticos são desvalorizadas axiologicamente, pois, conforme a ideologia midiática e seu criminoso senso de manipulação discursiva, mobilizações capitaneadas por instituições seriam menos espontâneas e legítimas do que as pretensamente conduzidas pelos verde-amarelos revoltados. Ora, esse discurso é falacioso, pois a FIESP, representante da espoliação laboral dos trabalhadores e porta-voz da ideologia empresarial neoliberal, é uma das grandes patrocinadoras do golpe político contra o governo Dilma. Em tempos de barbárie política que anuncia as sombras virulentas do fascismo, o dinheiro de uma corporação escusa como a FIESP é mais poderoso do que o espírito democrático dos trabalhadores unidos contra o reacionarismo totalitário. David C. Korten argumenta que

Quanto maior o poder político das corporações e daqueles a elas alinhados, menor o poder político do povo e menos significativa se torna a democracia. Existe uma alternativa: localizar as economias, dispersar o poder econômico e aproximar a democracia do povo (KORTEN, 1996, p. 164).

Quem de fato pagará o pato por suas manobras golpistas será a massa trabalhadora, destituída dos seus direitos trabalhistas fundamentais em favor da ganância das grandes corporações industriais, que almejam inclusive diminuir o tempo das refeições dos seus empregados, transformados de fato em animais que somente servem aos interesses do Capital como instrumentos desumanizados de produtividade incessante.

### A consciência reacionária fascista

“Deus, Pátria e Família”, eis um lema de triste memória adotado pelos fascistas golpistas que prepararam o terreno da Ditadura Militar. Esse “Deus” defendido pela consciência reacionária, excludente das demais expressões divinas, em verdade representa as forças diabólicas da divisão social. Essa “Pátria” é a expressão ufanista do espaço vital, qual o sujeito deve total devoção, onde deve amá-lo ou deixá-lo. Tal “Pátria”, contudo, é continuamente violada pelo imperialismo estrangeiro, não obstante a pretensa defesa dos interesses nacionais realizada pelas hordas fascistas. A “Pátria” dos fascistas é destinada apenas aos “cidadãos de bem”, excluindo dos seus direitos os negros, os índios, os pobres, inclusive eliminando-os fisicamente pela ação violenta das tropas policiais, quando conveniente. Essa “Família” é a biparental, imputada como a única válida, na qual a mulher ao fim acaba se relegando ao papel de submissão ao poder patriarcal, onde o homem não raro recorre aos prazeres sexuais em relações extraconjugais para obter sua esperada satisfação pessoal.

Apesar das vitórias eleitorais de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, expressiva parte do eleitorado conservador e das vertentes políticas direitistas é avessa a sua gestão presidencial por critérios puramente misóginos, expressando assim o espírito patriarcal que se pauta pela negação da visibilidade e da efetiva presença política da mulher na esfera pública. A maneira ofensiva como jornalistas da mídia golpista, ideólogos fascistas e inescrupulosos parlamentares representantes dos interesses empresariais se referem ao governo da Presidenta Dilma é um avilte contra a dignidade existencial da mulher, reificada ontem e hoje pela cultura

fálica, ameaçada pelo progressivo empoderamento feminino e sua participação ativa em todos os cenários da vida social.

Se analisarmos profundamente, muitos movimentos sociais falseiam o conceito de liberdade, criando fabulações ideológicas acerca do mesmo. O dito Brasil livre que os direitistas defendem é na verdade uma sociedade regida pela desregulação neoliberal, pela depredação estatal em favor das privatizações que espoliam a coisa pública, pelo livre mercado que aprisiona a massa trabalhadora ao crivo da precariedade profissional, pela supressão dos direitos trabalhistas dolorosamente conquistados. A gestão empresarial da sociedade só atende aos interesses particulares dos executivos, dos investidores e dos acionistas, impedindo assim o progresso social dos verdadeiros interessados, a coletividade anônima despojada de sua própria segurança existencial, de sua força vital. A liberdade apregoada pela militância lacaia do projeto neoliberal é a de seguir os imperativos soberanos do mercado, o grande timoneiro da ordem social tecnocrática e da consciência unidimensional.

A retórica fascista é virulenta, violenta, histeriônica, moralista, e não se cansa em eleger “inimigos” (reais ou imaginários) como os culpados pelos problemas que assolam a sociedade, quando em verdade são os próprios fascistas os problemas efetivos que degradam a vida humana. Os defensores do golpismo político se caracterizam pelas disposições históricas em suas falas e gestos, atuando como possuídos por forças sobrenaturais, revirando seus olhos, gritando escandalosamente, babando raivosamente, dentre outras cenas escabrosas. Contudo, não são forças sobrenaturais que movem esses

corpos virulentos, mas sim as forças do reacionarismo político, energias fascistas que contagiam essas massas que se proclamam arrogantemente como cidadãs de bem, pessoas de caráter, e que não hesitariam em assassinar todos aqueles que discordam das suas posições políticas doentias se assim fosse possível. Todos os recursos são legítimos para impedir a proliferação dessa escória política na estrutura social. A tolerância deve ser aplicada de maneira sensata, jamais como uma disposição incondicional. O espírito libertário não coaduna com a necrofilia fascista, compreensão intolerável da existência que tarda a ser eliminada do mundo.

Os fascistas golpistas proclamam defender com suas práticas a soberania nacional, mas na verdade preparam o terreno social, político e econômico para a espoliação do patrimônio público ao capital empresarial, transnacional. No plano ideológico, os fascistas golpistas se ufanam das cores da bandeira nacional em um plácido sonho verde-amarelo e achincalham o vermelho da esquerda. O mito nacionalista faz do verde a celebração idílica das matas, cada vez mais destruídas pelo agronegócio, faz do amarelo a representação de nossas riquezas, expropriadas pelo capital internacional. Ora, se em nome do auriverde pendão da pátria são cometidos os mais terríveis descabros fascistas contra a democracia autêntica, que se rechace essa bandeira que acolhe a grande barbárie e se celebre a bandeira vermelha, bandeira popular da luta internacional dos povos contra a tirania capitalista.

Interesses empresariais sempre se sobrepueram aos interesses coletivos do povo, alienado constantemente de toda participação efetiva na construção

do poder político orientado conforme os princípios democráticos. A casta política em sua grande maioria é lacaia da privatização corporativista que atenta contra a ordem republicana, causando a crônica espoliação da coisa pública, que apenas na teoria representa os interesses coletivos. A agenda política direitista insiste em discursar sobre os efeitos deletérios da grande crise institucional que prejudica o desenvolvimento econômico e, por conseguinte acaba por favorecer o aumento do índice de desemprego; contudo, de nada adianta desenvolvimento econômico que seja conquistado através da espoliação dos direitos trabalhistas e da exploração desenfreada dos recursos naturais e da degradação inconsequente do meio ambiente. O grande problema econômico que afeta a sociedade brasileira se fundamenta em problemas éticos.

Sem risco de cairmos em radicalismos, podemos afirmar que tudo aquilo que representa benefício empresarial significa prejuízo social. Nessas condições, cabe que um governo orientado pelos princípios políticos da esquerda fortaleça seus laços com os sindicatos, com as centrais dos trabalhadores, com os movimentos dos sem-terra, com todos os grupos sociais que pautam sua ação política na luta anti-hegemônica aos imperativos do capital empresarial, caracteristicamente desprovido de qualquer consideração pela vida da massa trabalhadora, continuamente reificada e controlada pelos imperativos econômicos do mercado.

Apesar da estúpida mitificação do caráter brasileiro, não somos um povo amável, receptivo, “cordial”. Tais qualidades se encontram em diversos sujeitos do país, obviamente, mas não podem ser universalidades como

atributos fundamentais do modo de ser nacional. Antes talvez seja o reacionarismo uma das características cruciais do espírito brasileiro. Conforme argumenta Marilena Chauí,

Todas as relações tomam a forma da dependência. Da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, consideradas naturais e, por vezes, exaltadas como qualidades positivas do “caráter nacional” (CHAUÍ, 1987, p. 54).

A mitificação do *ethos* brasileiro como povo de paz é tamanha que comumente é esquecida a história de resistência e de violência política que perpassa nossa formação social. Os quilombolas, os farroupilhas, os malês, os cabanos, os sabinos, os balaios, a heroica resistência de Canudos, os mortos do Contestado e muitas outras páginas sangrentas dissolvem toda ideia de harmonia preestabelecida em nossa conjuntura política. Mesmo na vigência da Ditadura Militar ocorreram inúmeras lutas de resistência contra as tropas fascistas. Talvez a construção midiática do imaginário brasileiro moderno, regada pelas telenovelas, pelo futebol e outros gêneros espetaculares tenha narcotizado a percepção coletiva de nossa população, dissolvendo de sua consciência a lembrança viva do passado de oposição constante ao poder estabelecido e seu inerente autoritarismo estrutural. Quando a própria república atinge o ápice da crise, talvez somente uma nova cisão interna consiga revolucionar as bases políticas brasileiras, iniciando-se assim outra era histórica nacional. É imprescindível que se elimine os traços conservadores latentes no discurso

teórico pacifista de que o consenso promoverá o progresso social brasileiro, pois em nome dessa paz formalista a coisa pública e as massas são constantemente subjugadas pela plutocracia e pelos segmentos mais reacionários da nossa ordem social autoritária. A reforma não garante a mudança estrutural necessária nas bases de nosso sistema social, político, econômico e cultural, mas sim a revolução, pois são as raízes da terra que precisam ser alcançadas e modificadas e não apenas as paredes dos prédios.

O que é o cidadão de bem tão enaltecido pela mentalidade moralista? O sujeito que acredita seguir piedosamente os pretensos bons costumes estabelecidos pela ordem normativa da sociedade tradicionalista. Contudo, analisado friamente, essa pessoa não cumpre os fundamentos básicos da moralidade, que é a negação da exaltação de si. Ao fazer alarde sobre suas pretensas virtudes, o cidadão de bem comete uma grande falta contra a moral que acredita seguir. Essa pessoa tacanha, apesar de sua bonomia e de sua estupidez, comumente defende a outorga dos direitos humanos apenas para os ditos humanos direitos.

A experiência democrática brasileira é frágil em nossa estruturação social. Desde a fundação da República até o momento atual poucos anos de nossa trajetória política foram vivenciados conforme os efetivos paradigmas democráticos e seus princípios fundamentais. O fato de vivermos formalmente sob o crivo de uma constituição democrática não significa que de fato ela seja aplicada, pois interesses políticos obscurantistas constantemente minam as bases de sua realização concreta, impedindo assim o estabelecimento do bem comum. O

projeto golpista de destruição do governo Dilma mostra claramente que aventureiros criminosos travestidos de parlamentares conseguem reunir seus desonestos propósitos comuns para perpetuarem a crise presidencial, sangrando assim as bases de nossa ordem democrática.

O fascismo não foi plenamente derrotado pelo espírito da liberdade democrática. A escória do Golpe Militar de 1964 ainda exala seu odor putrefato sobre a sociedade brasileira. Apesar do formalismo democrático no qual vivemos, o lodo fascista manifesta sua insurgência constante. A burguesia raivosa que ratifica a truculência policial contra os excluídos sociais e que não poupa esforços para desestabilizar regimes políticos legítimos não luta contra a corrupção, tal como ela apregoa entre gritos histéricos e palavras de ordem irracionais, mas contra o projeto político que de alguma maneira modificou um pouco o quadro social brasileiro, atenuando o mal-estar estrutural da vida das classes subalternas. Nada desagrada mais aos elitistas do que a perda real ou imaginária dos seus privilégios e de sua exclusividade social.

### **Análises estratégicas**

Certamente o grande erro político da vigência do PT no governo presidencial de Lula e Dilma Rousseff consistiu em sua paulatina exclusão das suas alas mais radicais, promovendo uma insólita conciliação com setores da sociedade alinhados aos interesses do empresariado, dos grandes monopólios midiáticos, assim como de partidos que se tornaram autênticos comitês gestores dos interesses elitistas. Em nome da sua conservação no poder e da inerente capacidade de realizar seu projeto político, a cúpula do PT efetivou conexões partidárias axiologicamente

discutíveis, muitas vezes traindo seus preceitos políticos originários. Contudo, na imanência concreta da práxis política a adequação ao purismo das ideias nem sempre é o caminho mais razoável a ser adotado pela diretriz partidária, de maneira que concessões são plausíveis para que projetos de impacto social sejam realizados a contento. De toda maneira, a política conciliatória desagrade a alguns segmentos menos afeitos a articulações com partidos atrelados ao sistema de mercado ou que perderam suas bases radicais originais.

O erro estratégico de alguns segmentos de partidos de extrema-esquerda no processo de impeachment perpetrado pela direita conservadora contra a presidenta Dilma Rousseff se dá no fato de que a conjuntura política brasileira atual está favorável a uma guinada extremamente reativa, na qual o empresariado se torna a locomotiva da desestruturação do Estado, usando a classe média raivosa como massa de manobra para suas práticas desestabilizadoras do governo federal. Sou particularmente favorável a uma tomada violenta de poder por um partido de extrema-esquerda que aplique transformações radicais em nossas bases sociais, políticas e econômicas, defenestrando das estruturas governamentais toda influência empresarial/corporativa. Contudo, se as circunstâncias históricas e a capacidade de mobilização das massas trabalhadoras não se encontram em conveniente sincronização, a crença esquerdista de que a queda da presidenta Dilma Rousseff permitiria a tomada de poder pelo socialismo revolucionário se revela quimérica. Da mesma maneira, a defesa de eleições gerais (proposta por alguns parlamentares socialistas) como saída para a crise institucional não é a solução mais conveniente para a resolução do

problema governamental, pois a própria estrutura do sistema eleitoral não permite uma inovação radical para a mudança política tão esperada. A medida mais plausível consistiria na guinada do governo Dilma para uma esquerda radical, reaproximando-se assim dos princípios axiológicos originais do PT e granjeando apoio concreto de grupos políticos sintonizados com as propostas mais libertárias de transformação social. Isso geraria o afastamento dos grupos lobistas associados aos interesses empresariais e dos especuladores financeiros, minadores de toda autonomia política do sistema governamental. Se porventura essa situação feliz não ocorrer, então que nas próximas eleições presidenciais e parlamentares os partidos da esquerda socialista mobilizem as massas para uma votação maciça em seus candidatos, ocupando os espaços políticos até então preenchidos pelos reacionários, pelos espoliadores da coisa pública e seus parasitas associados.

Forças fascistas ameaçam a esqualida democracia brasileira, e somente a união da esquerda em uma frente multitudinária de resistência, atuante nas câmaras parlamentares e nas ruas conseguirá vencer essa horda destruidora que atenta contra a soberania nacional. Para além do Direito Constitucional há um Direito Achado na Rua, que possui talvez mais legitimidade do que o formalismo jurídico. O Direito Achado na Rua expressa em sua carne viva e em seu sangue fervente a democracia efetiva, o desagravo pela necrofilia, pela virulência, pela histeria social. Por isso de antemão descartamos a validade política das manifestações direitistas contra a estabilidade do governo Dilma, pois o motor ideológico desse

movimento golpista é o ódio contra a diferença em favor da manutenção dos privilégios de classe, do autoritarismo institucionalizado, da gestão empresarial da coisa pública, da sacralização teológica da política, do sectarismo conservador em prol da noção normativa de família, do racismo e do machismo naturalizados. Não existe, portanto, nenhuma dignidade no movimento golpista, doentamente fascista.

### Considerações finais

Um espectro ronda a política brasileira; infelizmente não é o espectro do comunismo, mas sim o do reacionarismo fascista. Os golpistas que atentam contra a ordem democrática, acabam, por vias tortas, se beneficiando da mesma: se porventura vivessem na era dos monarcas absolutistas, seriam decapitados ou enforcados por traição; se vivessem em sociedades totalitárias fascistas tal como eles no fundo sonham em reinstaurar, seriam inapelavelmente executados. A grande corja golpista brinca de fazer política, manipulando as peças do jogo conforme seus interesses antinacionais. Quando a situação se reverter contra eles, não deverão esperar piedade da parte dos movimentos sociais enraizados nas centrais dos trabalhadores e movimentos de resistência aos necrófilos imperativos capitalistas.

Os congressistas golpistas não lutam pela construção de um Brasil melhor, tal como pateticamente apregoam, mas pela maior liberdade para realizarem suas negociatas corporativistas escusas prejudicadas pelo governo PT e sua base aliada. São assim ladrões disfarçados com as vestes públicas da

moralidade. A motivação para a instauração do fraudulento processo de impeachment contra o governo Dilma não se sustenta em bases jurídicas, mas em conspiratórias maquinações políticas que atentam a segurança nacional. Os fascistas direitistas não hesitam em recriminar os governos comunistas, pois se lá vivessem e fossem descobertos em seus atos ilícitos desestabilizadores da coisa pública seriam inapelavelmente julgados, condenados e executados pelo tribunal revolucionário. Se o Brasil fosse um país comunista toda a corja reacionária que mescla teologia de quinta categoria e politicagem já estaria devidamente defenestrada da coisa pública.

O processo golpista (travestido de impeachment) contra o governo legítimo da Presidenta Dilma Rousseff visa tudo menos do que a condenação dos crimes de responsabilidade fiscal e da tão sonhada supressão da corrupção. Assumindo um temerário traidor republicano em seu lugar e recebendo o apoio político de um crápula que cunha sua marca de esterco em seus atos parlamentares, a corrupção existente no sistema político brasileiro apenas mudará de administração, sendo então gerida por ladrões que julgam e mandar enforcar.

### Referências

- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo**. Trad. de Anna Terzi Giova. São Paulo: Futura, 1996.